

Justiça Federal da 1ª Região adere ao aplicativo “Token PJe”



Durante sessão da Corte Especial Judicial, ocorrida na última quinta-feira, dia 20 de agosto, o presidente do TRF 1ª Região, desembargador federal I'talo Mendes, e o juiz federal Cleberson Rocha, Secretário-geral da Presidência, anunciaram a disponibilização do aplicativo “Token PJe” para magistrados.

Criada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a ferramenta permite a conferência de minutas de processos que tramitam pelo PJe e estão pendentes de assinatura, bem como o acesso a informações de atuação e a documentos relacionados aos processos listados.

Também é possível, por meio do aplicativo, editar o texto das minutas e assiná-las eletronicamente, de forma in-

dividual ou em lote, sem a necessidade de utilização de certificado digital físico.

Segundo o presidente da Corte, a novidade traz grande facilidade aos magistrados devido ao acesso pelo celular. “A Justiça Federal da 1ª Região tem mais um instrumento para prestar bem a jurisdição”, afirmou I'talo Mendes.

Parabenizando o Tribunal pela iniciativa, o desembargador federal Carlos Moreira Alves ressaltou que se trata de um ganho para todos. “Estamos vendo o quanto nós precisamos da Tecnologia da Informação, principalmente neste momento de pandemia”, declarou o magistrado.

O aplicativo está disponível para dispositivos IOS e Android, e as instruções completas de acesso e utilização estão disponíveis no Manual de PJe Mobile, que pode ser encontrado no link <https://bit.ly/2D1sJSB>. O Manual foi elaborado pela Secretaria Judiciária (Secju) e pelo Núcleo Regional de Apoio ao Sistema Processo Judicial Eletrônico (Nupje) do TRF1.

Em breve, o acesso à ferramenta será liberado aos servidores da Primeira Região que utilizam o sistema Processo Judicial Eletrônico.

Fonte: TRF1

TCU promove, em parceria com CNJ, evento online sobre auditoria interna no Judiciário

ciclo:
Integração dos Controles
Novos desafios
para o Judiciário

27 de agosto
às 10h30

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal de Contas da União (TCU) realizam nesta quinta-feira (27/8) seminário virtual sobre os novos desafios para a atividade de auditoria interna pelos órgãos do Poder Judiciário. O evento, intitulado Ciclo: Integração dos Controles – Novos Desafios para o Judiciário, começa às 10h30.

O objetivo é apresentar aos participantes os principais aspectos advindos das novas regulamentações do CNJ que criaram o Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário – SIAUD-JUD (Resolução CNJ n. 308/2020) e as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário – DIRAUD-Jud (Resolução CNJ n. 309/2020). Também será apresentada uma linha de convergência em relação às orientações dos acórdãos do TCU e as normas editadas pelo CNJ, aplicáveis ao Poder Judiciário.

A Resolução n. 308/2020 estrutura o Sistema de Auditoria do Poder Judiciário (SIAUD-Jud) e estabelece normas de governança para a atividade de auditoria interna, tendo o CNJ como órgão central do sistema, representado pela Comissão Permanente de Auditoria. Já a Resolução n. 309/2020 define as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário (DIRAUD-Jud), com a finalidade de uniformizar os procedimentos de auditoria considerando a relevância dessa atividade para a boa governança das organizações públicas.

A moderação do debate será feita pelo secretário federal de Controle Interno e presidente do Conselho de Dirigentes de Órgãos de Controle Interno da União, Antônio Leonel. Já as duas palestras previstas serão apresentadas pelo secretário em substituição de Controle Externo da Administração do Estado do TCU, Paulo Vinícius Menezes da Silveira, e o chefe da Seção de Auditoria de Atividades, Processos e Políticas da Secretaria de Auditoria do CNJ, Leonardo Câmara.

As inscrições e o acesso ao evento podem ser feitos no link: <https://bit.ly/34y7oMO>

Fonte: CNJ

CNJ divulga panorama dos Juizados Especiais após 25 anos de criação

Criados por meio da Lei nº 9.099/95, os Juizados Especiais completam, em 2020, 25 anos de existência. Nesse contexto, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou o relatório “Diagnóstico dos Juizados Especiais”, que retrata o desenvolvimento dos Juizados nas últimas duas décadas e meia.

O documento apresenta dados sobre a estrutura física, tecnológica e de pessoal dos Juizados Especiais bem como indicadores sobre andamento processual, índice de atendimento à demanda, taxa de congestionamento e índice de conciliação.

Além disso, o relatório mostra visões geral dos Juizados e segmenta-

da das categorias cível, criminal, estadual, federal e de fazenda pública. Os Juizados Itinerantes e os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre a atuação das unidades também fazem parte do documento.

O “Diagnóstico dos Juizados Especiais” foi produzido pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, baseado em pesquisa realizada, em maio, com os tribunais brasileiros a pedido do Grupo de Trabalho destinado à elaboração de diagnóstico, estudos e proposição de melhoria da estrutura e atuação dos Juizados Especiais. Para conferir a íntegra do relatório, acesse: <https://bit.ly/34vQcXw>

FIQUE ATENTO!



MEDIDAS SANITÁRIAS

RESOLUÇÃO PRESI 10468182 - RETORNO GRADUAL EM 01/09

O ACESSO ÀS UNIDADES NAS DEPENDÊNCIAS DA JUSTIÇA FEDERAL SE DARÁ MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE E SERÁ CONTROLADO, COM MEDIÇÃO DE TEMPERATURA DOS INGRESSANTES, FICANDO IMPEDIDA A ENTRADA DE PESSOAS COM TEMPERATURA SUPERIOR A 37,8°C.

SERÁ DISPONIBILIZADO ÁLCOOL EM GEL NAS PORTARIAS, ENTRADAS DE ELEVADORES E ÁREAS DE GRANDE CIRCULAÇÃO, DESTINADO AO USO DE TODOS, BEM COMO SINALIZAÇÃO INDICATIVA DOS SANITÁRIOS COM PIAS PARA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS, E DEMARCAÇÕES DE FLUXO DE PESSOAS E DISTANCIAMENTO.

O USO DE MÁSCARAS É OBRIGATÓRIO PARA ACESSO E PERMANÊNCIA NAS DEPENDÊNCIAS DA JUSTIÇA FEDERAL.



Aniversariantes

Hoje: Vinicius Mascarenhas Oliveira Dultra (Teixeira de Freitas), Mathias Agostini Gonçalves (Eunápolis), João Múcio Reis Dantas da Silva (Campo Formoso), Eliane da Cunha Dias (22ª Vara), Katucha Bastos Muniz (NUCJU) e Brenner Jesus Santos (COJEF). **Amanhã:** Valdete Laranjeira Colevati (NUCOM), Jaciara da Silva Cunha Cerqueira (NUMAN), Luiza dos Santos Nascimento (Ilhéus) e Raquel Oliveira Nepomuceno (Itabuna). **Parabéns!!!**

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Fábio Moreira Ramiro, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Serviço de Comunicação Social - SERCOM. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmiento Silva dos Santos. **Tiragem:** 4 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.